

A VELHA GUARDA

ÓRGÃO LOCAL DO PARTIDO REPUBLICANO PORTUGUÊS

Editor:

ALCINDO DIAS PEREIRA

Propriedade da Empresa de A VELHA GUARDA

Director:

VITORINO SIMÕES LOPES SAMPAIO

Redacção e Administração: Rua 31 de Janeiro, 165—Composto e impresso na Tipografia Minerva Vimaranesa: Rua 31 de Janeiro, 133—GUIMARÃES

Malhando em ferro frio

Temos na nossa frente «O Porvir», semanário republicano de Beja. É um belo jornal de propaganda que se publica sob a direcção clara do sr. dr. Oliveira de Almeida.

No seu n.º 1277, traduzia um espaçoso artigo do diário monárquico espanhol «Agora». Assinava o arrazoado o jornalista Xavier Fernandez Mata e comentava-o com elevado critério o nosso compatriota e ilustre correligionário, sr. F. Santos Serra Frazão.

Trata-se do direito de posse de Manuel de Bragança sobre as propriedades que se vinculam debaixo do seu apelido.

O assunto interessou-nos, porque fomos da primeira imprensa da província que curou dêle. E ainda bem que não estamos sós martelando neste oportuno problema.

É natural — embora injusto — que baldados sejam os nossos passos. Mas, por descargo de consciência, abordamos a matéria novamente, lançando sobre o caso mais alguns pormenores.

Um advogado anónimo — por força integralista dos quatro costados — declara existir uma carta, com foros de lei, de 1645, ainda não revogada, que empossa o príncipe herdeiro em todos os bens. E isto quando o nosso Governo decretava a venda de «Alter do Chão», que é onde se instalam actualmente as criações do gado cavalariço do Exército Português. O depósito de 1910 vem, de há muito, exigindo da República a devolução pura e simples daquilo que o Governo Provisório devia, também pura e simplesmente, ter confiscado. Para não molestar a ordem das coisas, assim devia ter sido.

Mas o ex-real cavalheiro tem usado de autênticos paliativos para acalmar a efervescência republicana. Assim se explica a entrevista, dada ao integralista António Ferro, em que elogia Afonso Costa e outros Governos da República, em que aplaude a nossa intervenção na guerra, etc.

Com tudo isto coincidia a publicação do referido decreto. S. m. tinha habilidade e mereceu de Fernandez Mata alguns encómios, como o de diplomático, político hábil, etc. etc. . . .

Mas o sr. Serra Frazão objecta muito bem:

Enquanto infante, a única figura que fez, foi como irmão da confraria do senhor dos Passos em Maфра, depois... foi rezar o terço na capela das Necessidades; mais tarde... abandonar os seus corpos de exército e fugir para Inglaterra.

Os monárquicos desejavam preparar um belo ambiente para o bom sucesso do seu anjo despeñado.

Que o resto sabêmo-lo nós. Vamos pois — e deixando os pormenores que nada valem — ao ponto principal: nem o irmão do senhor dos Passos, em Maфра, tem direito aos «bens» nem o rei teórico dos caceteiros.

Em primeiro lugar, a carta de 1645 nada representa, uma vez que não tem direito de ser.

DELITOS POLÍTICOS

Pela Instrução e Educação

Conta-se que um grande guerreiro antigo — talvez Alexandre Mágnio, não vamos agora apurar isso — ao regressar triunfante de uma de suas grandes batalhas, trazendo no seu cortejo, entre os prisioneiros acorrentados, o próprio rei da nação que na luta ficara vencida, notara que este, caminhando entre o pó da estrada, não desfitava o olhar das rodas do carro em que seguia o triunfador.

Intrigado com a estranha atitude do prisioneiro, a quem até pareciam indiferentes as aclamações atordoadoras que saúdam na passagem o general vitorioso e as suas tropas, interrogou-o sobre a razão disso. Explicou-lhe o monarca derrotado que ia reparando na instabilidade do movimento, que tão depressa mudava para a parte superior da roda os raios que ainda há momentos ocupavam a situação inferior e assim lhe comparava o destino das coisas humanas, que de rei o haviam transformado em cativo.

Meditou o vencedor nestas palavras e lendo bem o alcance delas, porque era inteligente, mandou retirar as cadeias ao prisioneiro e o fez seguir no carro a seu lado, dando-lhe mais tarde a liberdade, depois de lhe ter poupado a vida.

Esta anedota encerra uma grande lição, que é afinal, embora ande quasi sempre esquecida, a dos factos da nossa existência e, particularmente, a dos fenómenos políticos.

Na história do progresso humano vê-se que todos quantos aparecem a defender uma ideia nova são alvo da perseguição, às vezes feroz, dos que detêm o poder. A doutrina fraternal, igualitária do cristianismo, condensação aliás de todos os anseios emancipadores que em séculos de luta anterior se haviam formado, teve milhares de mártires. As reivindicações democráticas, que puseram termo à escravatura, aos privilégios de classes, ao chamado direito divino em que os reis firmavam o seu poderio e que fizeram derivar da vontade do povo a própria base de todas as leis, custaram já rios de sangue e continuam ainda a gerar cada dia numerosas vítimas.

Veja-se o que sucede na Espanha, onde, há não muitos meses, uma ditadura implacável dispunha a seu talante da pessoa e bens dos adversários, metendo-os nas masmorras, deportando-os ou forçando-os ao exílio, confiscando-lhes os haveres ou impondo-lhes pesadas multas. E quando, num gesto de libertação, um punhado de patriotas tentava implantar na Espanha o regime republicano, as forças conservadoras acudiam a sufocar a revolta e Hernandez e Galan, os heroicos oficiais que a chefiavam, caíam vasados pelas balas de um pelotão que executava a sentença marcial! Selvageria revoltante, sangüeira não só inútil como prejudicial para a causa da monarquia, porque essas gloriosas vítimas são agora o símbolo augusto que congrega aos milhares os que trabalham pela República e que já impuseram ao monarca a soberania das côrtes constituintes, a anistia aos vencidos de ontem e que em breves dias, sem dúvida, há-de banir para sempre do país vizinho o regime dinástico. E não é para lamentar a perda daquelas duas vidas, cujo sacrifício é a condenação absoluta da pena de morte e um brado de tolerância para os delitos de opinião?

Que dessa eloqüente lição, tão próxima de nós, se tirem os ensinamentos precisos a fim de que não se procure jámais forçar o curso, aliás inevitável, dos fenómenos políticos, tentando opôr barreiras ao progresso, nem praticar violências ou desmandos que acumulam ódios irreprimíveis e que poderão explodir no dia em que, como dizia o monarca destronado da anedota, a parte da roda que está para baixo venha a ocupar a situação oposta. . . .

A. Salgado.

Preguntamos pois: onde está o rei ou o príncipe herdeiro?

A República não reconhece reis nem príncipes herdeiros. Não reconhece porque o facto constituiria a negação da sua própria existência.

Porisso acentuamos: o rei desapareceu em 5 de Outubro de 1910.

— E o príncipe herdeiro?

Não acham que é uma pergunta imbecil?

Por mais que os miguelistas turem não podem arranjar-lo.

Com franqueza! Enfastia tanta legislação. Parece-nos, não obstante, que o caso é simples e nítido: não pode haver príncipes herdeiros de corôas de mistura com leis, a dentro de uma República.

E o seu valor jurídico, para a posse dos bens, depende unicamente dessa circunstância.

A República baniu a corôa.

Como pode haver príncipe herdeiro?

Herdeiro de quê?

Dos bens?

Mas era necessário para isso que fôsse herdeiro da corôa; e esta acabou.

Ora bolas. O Estado deve chamar a si esta parte do património nacional — como o dissemos há tempos.

E nada de subterfúgios! Porque a generosidade da República permitiu que os fiéis dos Braganças buscassem na produção daquelas propriedades o meio de conspirar contra a República.

A verdade é esta. xyz.

Templo sagrado ou casa de espectáculo?

É curioso o que se passa na Igreja do Campo da Feira com os fiéis que vão assistir aos sermões quaresmais. Por determinações superiores, até a ordem de entrada se inverteu: as mulheres receberam ordens para se utilizarem da entrada que, geralmente, era destinada aos homens, e vice-versa. Não sabemos a que preceito Divino obedecerá esta

medida, mas como tudo anda invertido. . . E o mais interessante é que os penitentes são obrigados a cumprir esta *sagrada «delivração»* por intermédio da G. N. R., que presta os seus religiosos serviços junto do Templo. Uma vez cumpridas as formalidades da entrada, vamos encontrar novas *peripécias* dentro do referido Templo: numa parte, uma espécie de plateia reservada às comodidades que o próprio Cristo nunca teve, e, se dela se aproxima um crente humilde, um desprotegido da sorte, aparece logo o *enxota*, com a arrogância própria dum carrasco, mandando esse penitente para a secção dos *piões*. Não nos parece que isto seja admissível adentro da esfera da religião católica, visto que Cristo, *rei da Caridade*, estabeleceu como princípio basililar da sua religião — a Igualdade. Por isso, o que se passa na Igreja do Campo da Feira deve estar sujeito às penalidades que punem os que não têm caridade nem religião.

Já de há muito que estão bem definidas e caracterizadas as correntes que pretendem actuar na educação do povo português: a dos que pretendem que a criança é de Deus e a dos que afirmam que ela deve ser educada para a sociedade que é a parte integrante.

E daí infiltrações nos meios populares e instilações por processos vários no espírito da família e sobretudo no das crianças na escolaridade.

Pretendemos nestas breves linhas somente destruir uma afirmação que muito magoa o professorado: a instrução ministrada nas escolas tem favorecido o agravamento da criminalidade!

Ainda não há muito li na obra de um criminalologista uma estatística tendente a contrariar a fórmula — abrir uma escola é fechar uma cadeia.

Confesso que da leitura desse esquema me ficou uma impressão dolorosa.

Fazia-se avultar a percentagem de criminosos entre os mais ou menos letrados e simplesmente iniciados nos segredos do alfabeto — essa maravilhosa combinação de fonemas onde se estratifica a resenha dos sucessos de um povo e a opinião dos seus homens.

Isto assim apresentado aos olhos de leitor desprevenido, inculcando boa fé, induz os corifeus contrários a educação sem atavios nem preconceitos ao seu uso como argumento contra os que se dedicam profissionalmente a instruir e educar as massas populares, quando é certo que o professorado na sua grande maioria não limita a sua acção a tão somente instruir, aliás não despreza um único ensejo de educar e moralizar, porquanto não ignora que a instrução só deve ser encarada como uma medida económica em qualquer sociedade bem equilibrada.

Só a educação pode moralizar e por isso se lhe dá o relêvo e o lugar que lhe é prescrito pelas exigências do nosso tempo.

E para tal não são indispensáveis grandes compendios, nem tampouco engenhosos arrazoados.

O exemplo da nossa conduta, o prazer experimentado na prática do bem e a dôr sentida pelo mal que reconhecemos ter cometido e até pelo mal alheio são instrumentos que actuam suficientemente na alma infantil.

A moral é uma prática e não um conceito intelectual.

Diga-se à criancinha que o bem existe e que deve praticar-se.

Ela compreende-lo-há, porque o sentiu a sua alma pequenina e boa.

A escola portuguesa há-de conseguir ser sempre a escola activa de instrução educativa, fazendo dos seus alunos irmãos numa grande família.

Guimarães, Março de 1931.

Prof. Jerónimo Ferreira Botelho.

FAÇA-SE JUSTIÇA

Sempre que qualquer reaccionário — ou mau republicano — pretende discutir os actos dos partidos políticos da República, logo se assacam todas as responsabilidades ao Partido Republicano Português.

Esse facto não só revela ignorância e maldade, mas revela também o ódio que muitos têm a este Partido, simplesmente por que é o maior baluarte da República, com uma força e pontos de vista devidamente organizados. Atribuir ao P. R. P. todos os erros do passado, é não saber ser justo, não saber ser criterioso, não querer ser imparcial.

Se após a implantação da República o P. R. P. tem tido sobre si, em maior escala, os encargos, bem pesados e bem amargos, da governação pública, isso apenas demonstra que é um Partido que não se escusa a sacrificios. Nunca teve a pretensão de ser o único detentor do poder, mas o que teve sempre, e ainda hoje tem é a pretensão de ser um esteio firme da República, encontrando-se incondicionalmente ao lado dela, quer nos momentos de felicidade, quer nos de adversidade. Por isso, se aos políticos do P. R. P. pode ser atribuída a responsabilidade de alguns erros — e isso não é de estranhar, visto que ninguém é infalível — aos mesmos políticos deve ser feita a justiça devida, atendendo a que são esses os que mais se tem sacrificado pela República. Não queremos, com isto, reduzir à esterilidade a acção dos outros Partidos Republicanos, mas o que queremos e desejamos — e isso cumpre-nos fazê-lo — é repudiar as acusações, falsas e caluniosas, que nos imputam os inimigos da República e também alguns ditos republicanos. Porém, longe de nós a intenção de ferirmos os nossos irmãos de ideal, porque nem o momento é propício para isso, nem mesmo seríamos capazes de abrir a mais pequena brecha de desinteligência que pudesse afectar a união da família republicana. Muito acima de tudo, até mesmo dos nossos próprios melindres políticos, nós temos a Pátria e a República!

Tempestade

E' ali na ordem de S. Domingos. A mesa da referida ordem embirra solenemente com o padre da freguesia de S. Paio.

Não sabemos como este pastor encara o problema; porque, a aludida mesa, nega-lhe pertinazmente o direito de presidir, a actos fúnebres, dentro da capela da ordem.

Ora, os irmãos terceiros — ou terceiros irmãos — pagam a respectiva entrada, muitas vezes sobrecarregada de outras importâncias. Morrem e tem direito a um funeral da ordem.

Assim nos dizem. E concordamos que essa rixa é o mesmo que abrir as portas do inferno aos irmãos, o que achamos altamente injusto.

Porque eles pagam. Portanto, tem o direito de ir para o céu. Ou a lógica é uma batata.

Felizmente

Soubemos, por noticias vindas de Paris, que o nosso querido amigo, incorrutível Democrata e respeitado Presidente da Comissão Política do P. R. P., em Guimarães, se encontra restabelecido do ataque de gripe que há tempos o acometeu.

Os amigos de Sua Ex.^a enviaram-lhe um abraço de saúde.

Vai alta a lua...

«Nemo» — que tem a inspiração das ninfas do Tejo, continua com a sua campanha da mentira contra a República. Toda a preocupação deste intransigente parlapatão consiste em descobrir assunto para esfaquear o regime republicano. Inventou aquilo que o diabo ainda não inventou para seduzir as almas, e a sua única defesa é sempre a calúnia e a hipocrisia. E' um *super-homem* como caluniador e provocador. As suas palavras são mais penetrantes do que as próprias setas e a sua pena é como que uma canalização de veneno arremesado sobre os republicanos. Mas, «Nemo» — esse gigante da actualidade, ainda há-de ser mais pequenino do que o próprio mosquito.

«Nemo» — que presentemente habita na *mansão* da lua, ainda há-de viver, agarrado aos remorsos da sua consciência, no leito da penitência. E, aí, «Nemo» cantará: Vai alta a lua...

Brincadeira de mau gosto

Na noite de 3 do corrente assistimos a uma scena humilhante, à porta do «Café Oriental». Meia dúzia de papos-secos dardejavam obscenidades sobre o pobre e infeliz Narciso que — na sua ordem de ideias — escalpelizava os mais afortunados e clamava pelo 5 de Outubro, etc.

O Narciso, mesmo na sua típica embriaguez, é sempre honrado e merece outro respeito.

Basta a sua infelicidade. E todo aquele que pretende impôr-se não deve apoucar o seu semelhante... nem mesmo rindo.

Que há risos e gracejos que tomam foros de insulto.

Será verdade?

Informam-nos de que um chefe duma repartição pública de cá da terra, recebe do Estado uma certa verba para pagamento dos serviços prestados pelo pessoal miseravelmente pago, visto que a maior parte da verba que lhe é destinada reverte em benefício do referido chefe. Vamos indagar o que há a tal respeito, e depois informaremos, com mais precisão e mais detalhadamente, os nossos presados leitores.

Este número foi visado pela comissão de censura

Mau cheiro

Alguns boeiros continuam a exalar um perfume que não se pode suportar. Não obstante termos pedido, por diversas vezes, as devidas providências, nenhuma foram ainda tomadas.

O que dirão a isto as autoridades sanitárias?

Quaresma

E' a época que sucede imediatamente o carnaval.

Formidável contraste! Aquêles que ontem entretiveram horas numa furiosa mascarada fingem hoje de piedosos e encham o orbe católico de preces.

Como eles mentem!... E vá um homem, medianamente inteligente ou razoavelmente equilibrado, ingerir as suas pachouchadas!

Isto é uma comédia eterna. *E os judens de pau envernizado, que figuram estes dias, são muito fora da moda. Arranjem outros.*

Mais candidatos ao céu

Sob esta epígrafe, havíamos publicado nós uma referência aos desvios constatados em algumas igrejas cá do burgo.

Dizem que tudo se encaminha para uma resolução.

São coisas que de forma alguma nos interessam...

Simplesmente um ponto fraco!

Mas sosseguem que não vamos fazer dele cavallo de batalha.

E' de notar — e aí vai ele — o mutismo de toda esta gente. Ninguém discute o caso. E, como este facto, outros se têm dado nesta terra, nomeadamente o furto daquelas célebres cinquenta e tantas rasas de milho, etc., etc., etc...

Um poema!

Qual será a alavanca que detem os amigos do cavaco?

Nós sabemos qual é. Isto envolve coisas... é uma velha história.

Não desconhecemos, porém, que se algum republicano ousasse tocar na aresta de um ceutil, teríamos um imenso clamor a sublinhar o gesto.

Até os rádios se punham em comunicação com o Polo-Norte para espanto das gentes.

Felizmente, podemos lavar as mãos altivamente. O nosso povo passa sobre os espantinhos e lança *criolina* na baba nojenta...

Saimos sempre incólumes das emboscadas.

O mutismo — é sempre a nossa arrelia — apenas beneficia os habitantes da sacristia.

Tudo murcho! Até os *solicitos correspondentes* da imprensa diária ficaram na *santa paz das suas almas*.

Boa gente!

O nacionalismo integral perante a Ditadura

E' a epígrafe de uma local, inserta no «Comércio do Porto» de 25-2-931. Dizia-se que era também a matéria que o Joãozinho Ameal — *prosador ilustre, tão admirado nos meios intelectuais do Porto* — ia abordar em conferência na noite de 28 do mês findo. A entrada por convites. Além disso, esperava-se que o Teatro Apolo, à rua José Falcão, tivesse uma enchente, etc., etc., etc...

Esperamos indefinidamente o resultado.

Nada.

Que haveria? Parece que o *ilustre prosador* sofreu um acidente.

Depois foi a Braga... Nem ali o deixaram falar...

Pobre Joãozinho! Assim lhe tapam o caminho da glória! Assim lhe fecham a boca, sempre aberta para caluniar a República! A boca, sempre aberta... que outro destino merecia.

«A Restauração»

E' o nome dum novo colega que se publica em Evora. Este valente caudilho é órgão da *Mocidade Republicana*.

Agradecemos a visita e vamos permutar.

Teatro Gil Vicente

A sessão de 1 de Março agradeu plenamente. A película exibida intitulava-se «A mulher na lua» e podemos afirmar que era uma engenhosa produção cinematográfica, concebida através de *hipóteses científicas*. Muito interessante o enredo. A orquestra brilhou. Era formada pela família Guise e alguns elementos de fora.

Cadeia Civil

Dizem-nos que a actual C. A. C.ª M. pensa em concluir o edificio da cadeia civil.

Achamos interessante a ideia porque a reveste um alto pensamento humanitário.

De facto é mil vezes justo que, os cidadãos que tem a infelicidade de ali cair, encontrem pelo menos *ar e hygiene*.

Mas — e ninguém nos leve a mal esta nossa franqueza — não acreditamos ainda que a C. A. C. M. pense na sua conclusão.

Naturalmente é mais um projecto.

Não distinguimos lura de onde possa sair coelho.

Agradecimento

O abaixo assinado, penhorado por todas as gentilezas e obséquios, vem por este meio agradecer — em seu nome e no de sua família — a todos aquêles que prestaram homenagem à memória de seu saudoso pai, quando levado para a última morada.

Testemunha a todos a sua imensa gratidão e assina-se com reconhecimento.

(a) *António Ribeiro Venâncio.*

Falecimentos

— Faleceu, na sua casa do largo da Estação, o proprietário Manuel António da Silva Vilaça, sogro do nosso conterrâneo, sr. Manuel Ferreira, guarda-livros da casa Sousa Júnior, Suc.^{tes}.

Foi sepultado no cemitério de Urgeses.

Os nossos pêsames.

— Quasi repentinamente também faleceu o sr. Simão Eduardo Alves Neves, pessoa conceituada no nosso meio e pai dos srs. Dionísio e Simão Neves.

Os nossos sentimentos.

Claudino Pinto de Sousa e Castro

Em Lisboa, onde residia acidentalmente, faleceu o sr. Claudino Pinto de Sousa e Castro, pai do nosso bom amigo e prestimoso correligionário, sr. Dr. Alfredo Pinto, director inteligente das Termas de Vizela.

O corpo do extinto chegou a esta localidade em 1 de Março. Seguiu-se o funeral, que foi concorridíssimo.

E' raro verificar-se tanta aglomeração de cavalheiros, homens de todas as categorias sociais que ao funeral imprimiram um brilho desusado.

Recordamo-nos de ter lá visto, entre os muitíssimos que ali acorreram, os Ex.^{mos} Srs.: Dr. Domingos Pereira, Bernardino Jordão, Manuel Ferreira Capa, Drs. João de Almeida, Filinto Elísio Vieira da Costa, Mário Dias, Jerónimo Rocha, Manuel Bravo de Faria, capitão Henrique de Faria, tenente Albano Cruz, António de Jesus Teixeira, Ferreira da Cunha, Vitorino Simões Sampaio, José Fernandes Guimarães, Agostinho Rocha, os srs. António, Belmiro, Eduardo e Francisco Jordão, Amadeu José de Almeida, António Castro, José Pinheiro, Arminido Peixoto, etc. etc...

Sabemos: que o Sr. Bernardino Jordão representava a Comissão Política do P. R. P. local; que o sr. António de Jesus Teixeira representava o Ex.^{mo} Sr. Dr. Mariano da Rocha Felgueiras; que o sr. Ferreira da Cunha representava o Centro Republicano.

Organizaram-se vários turnos. A família enlutada, especialmente ao sr. Dr. Alfredo Pinto, apresentamos sinceras condolências.

EDITAL

JOSÉ MARIA PEREIRA LEITE DE MAGALHÃES E COUTO, administrador do concelho de Guimarães

Faz público que para os devidos efeitos e para cumprimento do art.º 8 do Decreto n.º 8364 de 25 de Agosto de 1922, a esta secção administrativa da Câmara, baixou o edital da Circunscrição Industrial, que é do teor seguinte:

MANUEL JACINTO ELOI MONIZ JÚNIOR, Engenheiro-Chefe da 1.ª Circunscrição Industrial

Faz saber que Domingos da Silva Salgado requereu licença para instalar uma fábrica manual de colchas, incluída na 2.ª classe, com os inconvenientes de barulho, trepidação e perigo de incêndio, no lugar do Arrau, freguesia de Nespereira, concelho de Guimarães, distrito de Braga, confrontando do norte, sul e poente com Joaquim de Sousa Pinto Guimarães e nascente com o requerente e caminho público.

Empresa Fiandeira de Lordelo, L.^a, requereu licença para instalar uma fábrica de fiação de algodão, incluída na 2.ª classe com os inconvenientes de trepidação, barulho, poeira, perigo de incêndio e trabalho insalubre, no lugar da Giesteira, freguesia de Lordelo, concelho de Guimarães, distrito de Braga, confrontando ao norte com caminho de ferro da Trofa a Fafe ao km. 17.200, sul com rio Vizela, nascente com terrenos de José de Lina e poente com Empresa Fabril de Lordelo.

Albano Martins Coelho de Lima, requereu licença para instalar uma fábrica de tecidos, algodão e tinturaria incluída na 2.ª classe com os inconvenientes de barulho, trepidação, perigo de incêndio, emanações e fumos nocivos e envenenação das águas, no lugar do Nural, freguesia de S. Jorge de Selho, concelho de Guimarães, distrito de Braga, confrontando ao norte e nascente com terrenos do requerente, sul com caminho público e poente com terrenos de P.^o Alfredo J. da Silva Correia.

Costa, Lordeira & C.^a, requereu licença para instalar uma fábrica de pentes e artigos de galalite e celuloide, com depósito de artigos manufacturados e matérias primas, incluída na 1.ª classe, com os inconvenientes de perigo de incêndio na Rua Trindade Coelho, freguesia de S. Sebastião, concelho de Guimarães, distrito de Braga, confrontando ao norte com João Rodrigues Loureiro, sul com herdeiros de José Correia de Matos, nascente com Avenida Cândido dos Reis e poente com Rua Trindade Coelho.

Nos termos do Regulamento das Indústrias Insalubres, Incómodas, Perigosas ou Tóxicas e dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste edital, podem todas as pessoas interessadas apresentar reclamações por escrito, contra a concessão da licença requerida, e examinar o respectivo processo nesta Circunscrição, com sede no Porto, Rua Sá da Bandeira, 142-2.º.

Porto e Secretaria da 1.ª Circunscrição Industrial, em 26 de Fevereiro de 1931.

O Engenheiro-Chefe,

Manuel Jacinto Eloi Moniz Júnior.

E' quanto se contem no referido edital.

Guimarães, 5 de Março de 1931.

E eu, José Fernandes Ribeiro Gomes, chefe da secção o escrevi.

José Maria Pereira Leite de Magalhães e Couto.

CASAS

Vendem-se três moradas de casas devolutas com quintal. Falar com Avelino Faria Guimarães.